

Solidariedade familiar em tempos de crise:

apoio parental ao desemprego de jovens em famílias cariocas de camadas médias

Family solidarity in times of crisis: parental support for the unemployment of young people in middle-class cariocas families

GLEICE MATTOS LUZ

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e professora do Centro Universitário UniCarioca
gleicemattos@gmail.com

RESUMO: O desemprego e a precarização do trabalho, juntamente com poucos postos sendo criados e políticas públicas mínimas de apoio aos indivíduos em busca de recolocação no mercado, no Brasil, provocam, cada vez mais, a busca pelo suporte familiar. Na ausência da proteção do Estado, é à solidariedade da família que se recorre, gerando algumas composições e adaptações na vida com a parentela. A recoabitação é uma estratégia recorrente entre famílias cariocas de camadas médias. O presente trabalho apresenta alguns casos de jovens casais que retornaram à casa materna ou paterna de um deles ao enfrentaram longos períodos sem trabalho. Os efeitos do desemprego na família conjugal alcançam a família ampliada. A co-residência não eletiva imprime um novo ritmo na dinâmica familiar, comprometendo, muitas vezes, a qualidade das relações parentais diante de variados conflitos que emergem de forma mais acirrada diante deste cenário provocado pela instabilidade econômica.

PALAVRAS-CHAVE: Família e desemprego; solidariedade e conflito familiar; recoabitação.

ABSTRACT: Unemployment and precariousness of work in addition to lack of job opening; few public politics of support programs to those that look for work in Brazil cause increasingly the search for the familiar support. In the absence of government assistance those persons request the solidarity of the family, causing some compositions and adaptations in this new life with the relatives. The new cohabitation is a frequent strategy among middle class families from Rio de Janeiro. The current work presents some cases of young couples that come back to live with the family after long periods without a job. The effects of unemployment in the family also reaches the family that helps. The cohabitation that was chosen for lack of options, fixes a new dynamics, many times affecting the quality of the relationship among the relatives in front of many different heated conflicts that appear from this scenario, caused by economic crisis.

KEYWORDS: Family and unemployment; solidarity and family conflicts; newcohabitation.

Introdução

No mundo inteiro se ouve falar da crise do desemprego. Tema de debate constante no âmbito acadêmico, a reflexão sobre o desemprego dos jovens, de pessoas com mais de 40 anos, com baixa qualificação e, ainda, da instabilidade dos trabalhos sazonais e informais é objeto de pesquisas em várias áreas do conhecimento.

Nesses debates, muito se apontam os efeitos do neoliberalismo que concorrem para a precarização do mercado e das condições de trabalho. Este fenômeno não é inerente somente aos países em desenvolvimento pois, nos países com fortes mecanismos de proteção do emprego e políticas sociais que dão amplo suporte aos sujeitos, os índices de desemprego têm aumentado e provocado aumento da desigualdade social, da pobreza, da criminalidade, entre outros fatores. As políticas econômicas adotadas pela maioria dos países não têm apresentado resultados positivos que permitam mudanças na economia a fim de abrir novos postos de trabalho e, conseqüentemente, diminuir as taxas de desemprego. Na Europa, o desemprego de jovens entre 15 e 24 anos subiu de 15%, em 2008, para 24%, no início de 2013, com taxas ainda mais elevadas na Grécia (60%), Espanha (56,2%), Croácia (49,8%), Itália (44,1%) e Portugal (40,7%). A situação melhorou desde a crise de 2008, mas os jovens ainda representam mais de 35% dos desempregados no mundo, e a taxa de desemprego deverá crescer este ano (de 13% para 13,1%), segundo informe da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A estimativa é de 70,9 milhões de jovens sem emprego, bem menos do que em 2009 (76,7 milhões), o nível mais alto pós-crise. Porém, a previsão é de que esse número cresça em 200 mil ainda em 2018, atingindo 71,1 milhões de pessoas.

No Brasil, o quadro não é diferente. Segundo a OIT, o desemprego entre os jovens atingiu sua maior taxa em 27 anos. Os dados apresentados no final de 2017 apontam para 30% de brasileiros desta faixa etária sem trabalho, o nível mais elevado desde 1991. O desaceleramento da economia brasileira, o mercado informal e o alto risco de investimentos no país são as principais causas do aumento do desemprego. Em 1991, a taxa brasileira de desemprego entre os jovens era de 14,3% e, em 1995, chegou a cair para 11,4%. Entretanto, a segunda metade da década de 1990 registrou um aumento, com um pico em 2003 considerável, alcançando 26,1%. Entre 2004 e 2014, a taxa caiu para 16,1%.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o número de desem-

pregados de 18 a 24 anos somava 4,2 milhões e de 25 a 39 anos, 4,4 milhões no terceiro trimestre de 2017. No Rio de Janeiro, ao final deste mesmo ano, a taxa de desemprego alcançou 15,1 % da população do estado. Não obstante, observamos que, no Brasil, ao contrário de países da União Europeia, há poucas políticas públicas voltadas para a ruptura ou diminuição deste quadro.

As taxas são alarmantes, atingindo principalmente jovens de camadas populares e médias da sociedade. Uma frustração para esta parte da população que vem buscando cada vez mais escolarizar-se e qualificar-se a fim de ocupar postos de trabalho dentro de sua área de formação, pois, além das dificuldades enfrentadas para alcançar uma vaga no mercado de trabalho, trata-se também de projetos profissionais e pessoais não realizados.

Todos os efeitos do desemprego têm um reflexo profundo nas relações familiares, pois na ausência ou presença de poucas políticas públicas voltadas para o indivíduo em dificuldade (me refiro aqui somente às políticas de apoio ao desempregado), é a família materna ou paterna que irá garantir as necessidades básicas dos filhos sem trabalho. O impacto do desemprego tem, portanto, provocado novos rearranjos familiares e alterado a contribuição de cada membro na composição da renda familiar. Os rearranjos refletem o deslocamento das responsabilidades materiais da família que recaem sobre os outros membros. No momento de crise, é ela que se mobiliza para a superação dos problemas dos seus membros.

Neste sentido, observamos que as pesquisas demográficas, a partir do final da década de 1990, apontam para o aumento do número de famílias chefiadas por pessoas com mais de 60 anos. Uma das causas apontadas,¹ está relacionada ao desemprego dos filhos adultos. Os pais passam a ser a principal fonte de transferências materiais diversas aos seus filhos adultos desempregados, alterando, assim, a relação de dependência entre as gerações (PEIXOTO, 2004). Neste sentido, é melhor falar de interdependência geracional do que dependência (CAMARANO, 1999).

Diante desse cenário de desemprego, às famílias recaem as ajudas aos desempregados, muitas vivenciando processos de coabitação ou reabitação. Este artigo busca apresentar algumas reações de famílias cariocas que atravessaram momentos de crise do trabalho na primeira década dos anos 2000 e sua repercussão nas relações familiares cotidianas. Ainda que a família se mantenha através da solidariedade familiar, os apoios e trocas não eliminam situações de conflitos que, com o desemprego de alguns, chegam a se acirrar. Interessante notar que, já nesta segunda década dos anos 2000, o processo continua em marcha, com pouca ou quase nenhuma perspectiva

de alteração nas estratégias familiares no período das entrevistas, quando os netos ainda eram crianças. Sinal de que, no Brasil, a economia concorre muito mais para permanências do que mudanças no âmbito do trabalho num cenário que tende a agravar-se.

No que tange aos apoios familiares, as entrevistas realizadas com famílias cariocas que vivenciaram o retorno dos filhos casados e desempregados à casa paterna ou materna, mostraram que a solidariedade é um dos elementos fundamentais para a reprodução social do grupo familiar, sobretudo na superação dos problemas socioeconômicos que atingem diferentemente cada um de seus membros

Os jovens entrevistados nesta pesquisa estiveram desempregados durante certo tempo de suas vidas. Não se trata aqui de jovens em busca de um primeiro emprego, mas de pessoas que já constituíram família e já tiveram experiência de trabalho. O desemprego significou, para eles, mais do que um entrave ao percurso da carreira profissional: a impossibilidade de manter as condições materiais de sua família.

Percebe-se, no universo investigado, que o desemprego dos jovens casais é momento de grande constrangimento face à recorrência aos apoios materiais e afetivos que demandam da família. Neste sentido, a pesquisa buscou investigar as consequências do desemprego no orçamento familiar e na dependência da renda de pais e parentes; as formas de ajuda demandadas e oferecidas; os impactos nas relações conjugais dos jovens casais na recoabitação com a parentela e, ainda, em que medida a família pode contar com as ajudas públicas posto que ao Estado recaia a expectativa de deveres no suporte aos sujeitos, um papel cada vez mais incoerente com as novas demandas de governos mais focados nos interesses do mercado.

Este estudo buscou, portanto, comparar os dados brasileiros com alguns estudos sobre suporte familiar em certos países da Europa, cujo desemprego entre jovens também é uma realidade enfrentada, considerando, entretanto, as diferenças na proteção social do Estado em cada país.

O desemprego como demandante da solidariedade familiar

Os efeitos do desemprego são traumáticos e afetam diferentemente os indivíduos segundo o gênero, a idade e a condição social. Em casos extremos, de longos períodos de desocupação, o impacto nas condições de vida da pessoa

desempregada pode ser muito forte, promovendo enorme perda de poder aquisitivo e de consumo. Nesta pesquisa, foi observado que os primeiros cortes no orçamento familiar são os relativos ao lazer, seguido da educação dos filhos (saem das escolas privadas para as públicas) e assistência médico-hospitalar (cancelamento de planos de saúde). A moradia é o que se pretende preservar, mas, quando é alugada, a família atingida pelo desemprego retorna à casa dos pais ou parentes. Vale assinalar que a pessoa desempregada sofre efeitos psicológicos quando se percebe excluída socialmente, sem o direito fundamental ao trabalho: baixa autoestima, depressão, apatia, vergonha, são alguns dos problemas que se aliam ao empobrecimento e que podem contribuir para o desenvolvimento de doenças mais graves. São os efeitos físicos do desemprego.

Na organização familiar, o desemprego afeta, mais particularmente, as relações entre pais e filhos adultos, pois, considerando que as políticas sociais brasileiras de amparo ao desemprego são precárias e ineficazes, cabe fundamentalmente à família desempenhar o papel de suporte central dos sujeitos (PEIXOTO; BOZON, 2001). Dentre os efeitos do desemprego no grupo doméstico, o mais imediato e o primeiro a ser notado é a perda do poder de consumo, ocasionado pela diminuição da renda familiar. Entretanto, numa análise mais minuciosa, percebemos que o impacto material do desemprego provoca outra gama de problemas geradora de tensões na família. São os efeitos emocionais que afetam as relações familiares.

O suporte familiar sobre os efeitos do desemprego é fundamental para que os indivíduos possam atravessar esse período. Não obstante, a respeito dos apoios familiares, vale ressaltar que a condição do filho em desocupação, que nunca saiu da casa dos pais e conta, ainda, com seu apoio financeiro é bem diferente do filho desempregado, chefe de família, que passa a necessitar da ajuda familiar durante o período de desemprego. Segundo Guerreiro (1998), há três dimensões sociais que marcam a entrada dos jovens na vida adulta. São elas a escola, o emprego e a vida conjugal. A autora assinala que,

Quanto à escolaridade, pressupõe-se que a entrada na vida adulta esteja associada ao fim do percurso de escolarização, pelo menos na sua primeira sequência. Relativamente à esfera profissional, é suposto que este processo esteja associado à inserção regular na vida ativa e, no domínio da família, a suposição é a de que se sai de casa dos pais e se constitui uma vida pessoal autônoma, em geral com formação de uma nova unidade familiar (GUERREIRO, 1998, p. 121)

Os apoios aos filhos adultos dependentes que nunca saíram da casa paterna, ainda que considerem que “morar na casa dos pais é algo penoso de se viver” (VILLENEUVE-GOKALP, 2000 *apud* LETRAIT, 2002, p. 102) são, por vezes, percebidos por pais e filhos como um investimento, para que possam alcançar posições melhores no mercado de trabalho. Quando os filhos se tornam autônomos e os apoios encerram-se, as ajudas familiares tomam outro sentido. As ajudas financeiras passam a ser vistas pelos filhos como um apoio, por vezes dispensável, e não mais o suporte principal. Assim, o dever familiar de sustentar os jovens em fase escolar ou iniciando uma carreira tem um peso menor do que a obrigação de manter os filhos desempregados e sua família, pois a expectativa na vida adulta é de que os filhos não dependam novamente de seus pais, principalmente os filhos homens numa sociedade ainda marcada pelos efeitos do patriarcado.

Neste sentido, a distribuição da ajuda familiar pode ser diferenciada, “não tendo a mesma significação em função da posição no ciclo geracional, do sexo, da qualificação e da duração do desemprego” (MINONZIO, 2000, p. 38).

Os apoios também se diferenciam segundo as camadas sociais. Para camadas altas e médias, a solidariedade se reveste em apoios para “promoção social”, enquanto que nas camadas populares, para a “subsistência” de seus membros; modelos aplicáveis em sociedades com forte desigualdade social. (PITROU, 1992 *apud* PEIXOTO, 2005). Assim,

(...) as doações, empréstimos, serviços, relações e herança contribuem à ascensão rápida e brilhante dos filhos (efeito promoção social), nas camadas menos favorecidas a solidariedade familiar implicaria em apoios emergenciais, sobretudo, nos casos de doenças e de desemprego ou, ainda, nos inúmeros serviços prestados que não demandam uma ajuda financeira de grande monta, mas que permitem dar conta das necessidades cotidianas de sobrevivência. (PEIXOTO, 2005, p. 228)

Atualmente, no Brasil, os problemas econômicos que vêm atingindo as camadas médias colaboram para que estas incorporem, também, nas suas trocas, os apoios de “subsistência”. Com o desemprego, os filhos casados passam a depender novamente de seus pais. O sentido do apoio familiar que lhes é dado, contudo, muitas vezes é carregado de certos constrangimentos. Para os filhos, ao iniciarem a vida adulta, os vínculos com a casa materna se modificam e esperam se tornar autônomos em relação às ajudas dos pais.

Entretanto, como afirma Peixoto (2005, p. 225), “é em função da situação social dos doadores e recebedores que se forma o circuito das solidariedades e das transmissões entre as gerações, elementos centrais da reprodução familiar”.

No que diz respeito à recoabitação gerada pelo desemprego dos filhos, esta se configura como estratégia para garantir a sobrevivência dos membros em dificuldade, uma vez que há uma queda nas condições materiais da família. Neste sentido, os rearranjos não dependem exclusivamente “de características individuais e preferenciais” (CAMARANO, 2003, p. 18).

Transferências materiais de pais para filhos

Segundo Nezosi (2000), o consumo é um dos aspectos mais estudados na relação entre família e desemprego. Sobre a consequência do desemprego no consumo dos lares de camadas populares francesas, o autor observou que as famílias reorganizavam sua estrutura orçamentária face ao desemprego, cortando certos itens orçamentários. A despesa com alimentação, na comparação entre lares com desempregados e lares sem desempregados não variava muito de um grupo para o outro (23,1% para 24% respectivamente). Já nas famílias com desempregados, despesas como aluguel e energia eram priorizadas em relação à despesas como transporte e comunicação.

Estas medidas adotadas podem ser percebidas, também, entre as famílias de camadas médias cariocas. No início dos anos 2000, o universo pesquisado demonstrou que o benefício “vale-transporte”, recebido pelos membros em atividade plena, era revertido em moeda corrente para contribuir nas despesas com alimentação. Alguns supermercados e mercearias de bairro assim como bares e lanchonetes aceitavam o “vale transporte”² como forma de pagamento. O poder de troca desse benefício estimulou o aparecimento de locais de câmbio clandestinos, onde era vendido a juros de 15% ou 20%.

Nezosi assinala que

(...) o desemprego tem incidências fortes sobre o consumo. Os orçamentos dos lares são reconsiderados em função da queda de renda. As despesas imprescindíveis [como aluguel] ocupam uma parte proporcionalmente muito mais importante, as arbitragens se fazem em detrimento das despesas julgadas menos necessárias. Apesar desses ajustes o desemprego permanece [sendo] um período difícil. Tanto mais difícil

quanto as dificuldades financeiras fixas, o pagamento de dívidas contraídas, por exemplo, não se interrompe com a perda do desemprego. Para além das famílias trabalhadoras, o desemprego é uma das razões maiores do sobreendividamento dos lares, e, sobretudo, de seu empobrecimento. (2000, p. 7).

Neste sentido, observamos que o desemprego provoca ajustes no orçamento que afetam o comportamento de consumo da família e a priorização de certos gastos sobre outros. As entrevistas com as famílias cariocas demonstraram que os primeiros gastos cortados no orçamento familiar foram telefone e internet, seguidos dos gastos com lazer e vestuário. O aluguel, como nas famílias francesas, é, também, um item que se procura manter na despesa familiar, sendo o último a ser cortado. Quando a crise é muito forte, dado o prolongamento do desemprego, as consequências podem ser penalizantes para a família, incapacitando-a de assegurar a mordida independente.

O desemprego tem, neste sentido, efeitos perniciosos que afetam a organização material da família, gerando inúmeras perdas. Quando os jovens casais não conseguem manter o padrão mínimo de consumo, as famílias de origem são chamadas a socorrer e, para eles, a mais dramática de todas as perdas é a destituição da moradia e o retorno à casa paterna ou materna. Ana Lúcia, enfermeira de 33 anos na época da entrevista, voltou a morar na casa de seus pais em 2005. Assim ela explicou como foi esse processo:

Quando nós casamos, Marcelino (33 anos) trabalhava numa agência de viagens e eu em três hospitais públicos. Nós pagávamos aluguel e gastávamos em torno de mil reais só para morar. Mais ou menos uns três mil se fosse hoje. Eu larguei um dos meus empregos porque queria ter mais tempo para fazer faculdade, aí nossa renda diminuiu muito. Pouco depois Marcelo perdeu o emprego e minha mãe convidou a gente para morar com eles. (Entrevista concedida por Ana Lúcia à autora, em 2005).

A família brasileira é atingida diretamente pelas crises econômicas, pois o crescimento das taxas de desemprego tem causado o retorno dos filhos casados ao núcleo familiar de origem, em caráter provisório e, por vezes, definitivo. Tal fenômeno, antes percebido principalmente nas camadas populares face às precárias políticas habitacionais de atendimento a esse segmento social, atingiu também as camadas médias da sociedade brasileira. Embora seus filhos (jovens, adultos e casados) apresentassem melhor

qualificação profissional que os jovens pertencentes às camadas populares, o desemprego atinge todos os setores profissionais. Assim, como assinala Peixoto (20004, p. 78), “(...) no Brasil, o desemprego e, sobretudo, os baixos salários impostos pela crise econômica são, sem dúvida, as mais fortes razões da recoabitação e das transferências materiais entre as gerações”.

Retorno a casa dos pais: recoabitação e conflito.

Segundos os dados da PNAD/IBGE há um aumento significativo, nos últimos 15 anos, do número de domicílios chefiados por pessoas de mais de 60 anos. Camarano (1999, p. 42) esclarece que:

É crescente a proporção de famílias que têm idosos como chefes e filhos morando juntos como, também, a de crianças menores de 14 anos morando em domicílios chefiados por outras pessoas que não seus pais. A proporção de filhos adultos (maiores de 21 anos) passou de 19,5% em 1981 para 21,6% em 1997. Isso pode ser devido ao efeito da crise econômica que leva os filhos a saírem de casa mais tarde e a retornarem depois de casados, sejam separados ou não.

A autora identifica, ainda, que há uma participação significativa da renda dos mais velhos na composição da renda familiar. Neste sentido, embora a população de pessoas com mais de 60 anos tenha sido considerada, ao longo das últimas décadas, como uma população de indivíduos “dependentes”, hoje não é mais possível associar envelhecimento à dependência financeira, pois como afirma,

(...) nas famílias brasileiras, as transferências geracionais têm assumido cada vez mais um caráter bidirecional, em face da consequência de frequentes crises econômicas experienciadas pela população brasileira e que têm atingido mais a população jovem (CAMARANO, 1999, p. 2).

Hoje, no Brasil, há certa inversão da representação de que os velhos dependem dos mais novos. Indicativos ibegeanos demonstram que a renda média das pessoas de 60 anos ou mais é maior do que a dos jovens com menos de 30 anos. Talvez por isso, as gerações mais velhas são as que apresentam proporção mais elevada entre as pessoas que moram em casa própria. O de-

semprego dos jovens e a consequente dependência ocasionada por ele geram duas situações: a recoabitação familiar e a inversão dos papéis familiares na qual os filhos adultos deixam de ser chefes de família e se tornam dependentes dos pais, muitas vezes já idosos. As pesquisas de Saad (1999), Camarano (2003) e Peixoto (2004) têm apontado para isso e são reconfirmadas pelas informações obtidas nesta pesquisa.

Diante da dependência econômica dos filhos casados, os pais são chamados a fornecer suporte material, antecipando e, de fato, substituindo o Estado nas ajudas públicas. Uma das estratégias criadas pelas famílias brasileiras para superar a crise do desemprego tem sido a recoabitação, na qual os pais acolhem os filhos casados e sua prole. Observa-se que novos arranjos familiares são criados para as situações onde vivem, pelo menos, três gerações: avós, pais e netos. Assim, segundo Camarano (2003, pp. 7-8),

Arranjos familiares são uma forma importante de transferência e suporte entre gerações. O fato de compartilhar o espaço físico possibilita o compartilhamento de renda, cuidados domésticos, das crianças, transporte, cuidados médicos etc., ou seja, acredita-se que os arranjos familiares afetam e são afetados pelas condições de vida.

A recoabitação gerada pelo desemprego dos filhos está associada à necessidade de manter as condições de vida, mas, principalmente, de garantir a sobrevivência daqueles em dificuldade, demonstrando que os rearranjos dependem “do contexto socioeconômico, de políticas sociais e não apenas de características individuais e preferenciais” (PEIXOTO, 2004, p. 18). A maior parte das pessoas entrevistadas demonstrou o desejo de retornar à moradia independente e reconstituir sua família conjugal com exceção de Ivanir (dona de casa, 44 anos) e o marido Natanael (funcionário da marinha, 47 anos). Ambos ficaram desempregados e se viram obrigados a mudar para a casa dos pais dela, com as duas filhas. Essa recoabitação perdura há 10 anos, pois, até hoje, somente Natanael conseguiu retomar o trabalho. Sua renda, entretanto, não é suficiente para arcar, sozinho, com os gastos familiares. Com isso, os pais de Ivanir, Seu Antônio (aposentado, 86 anos) e Dona Cleusa, (aposentada, 80 anos), que recebiam aposentadorias superiores a cinco salários mínimos, passaram a ser os principais provedores das duas famílias e responsáveis por 75% da renda familiar. Com o recente falecimento de Seu Antônio, Dona Cleusa, recebendo a pensão do marido, continua responsável por grande parte das despesas da casa.

Embora Ivanir e Natanael fiquem expostos “a todo som da casa”, são as filhas Bianca (estudante, 17 anos) e Marina (estudante, 14 anos) juntamente com Dona Cleusa, que mais desejam privacidade. Dona Cleusa se incomoda com a presença das amigas de Bianca e Marina que, além do som alto e das conversas barulhentas entre as adolescentes tem que dividir o quarto com as visitas (amigas das netas) quando estas vêm dormir na sua casa. Bianca explica que está preferindo dormir na sala “para usar o computador à vontade e não atrapalhar o sono de ninguém”, porém, gostaria de ter seu próprio quarto. Apesar de sonharem com espaço, Ivanir e Natanel não pensam mais em morar noutro lugar. A recoabitação que, a princípio, era uma solução provisória, diante dos baixos salários oferecidos nestes anos de crise econômica, não permitiu a independência financeira do casal, se tornando uma solução permanente de ajuda familiar. Vale ressaltar que fazem parte de uma geração mais velha em relação aos demais casais entrevistados, apontando certa acomodação pela família ao se juntarem.

Por outro lado, a “redução relativa ou absoluta de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e [a] maior subconcentração de trabalhadores temporários (...)”, (MATTOSO, 1993 *apud* SINGER, 2003, p. 25) têm, como consequência, a permanência por mais tempo, do que pretendiam, na casa paterna. A jovem Mariana (jornalista, 28 anos) mesmo trabalhando como vendedora temporária e com o marido Robert (gerente de RH, 30 anos) já empregado, esclarece que “a ideia era só a gente se reestruturar; a gente achou que ficaria no máximo três meses, mas acabou ficando seis”. Ana Lúcia (assistente de enfermagem, 33 anos) e Marcelino (desenhista, atualmente trabalhando como segurança, 33 anos) decidiram morar com a família dela durante o curso universitário de enfermagem ou enquanto o marido não encontrasse um trabalho bem remunerado. Embora Marcelino tenha se empregado, a recoabitação durou três anos.

Alguns casais entrevistados que se reinseriram no mercado de trabalho, formal ou informal, e conseguiram recompor sua moradia, continuaram, ainda assim, retornando à casa paterna ou materna, durante alguns períodos, pois necessitavam de algum tipo de apoio familiar. Singer (2003, p. 24) assinala que

Talvez melhor do que a palavra “desemprego”, precarização do trabalho descreve adequadamente o que está ocorrendo. Os novos postos de trabalho que estão surgindo em função das transformações das tecnologias e da divisão internacional do trabalho, não oferecem em sua

maioria, ao seu eventual ocupante as compensações usuais que as leis e contratos coletivos vinham oferecendo.

Na família de Marilda (vendedora, 54 anos), por exemplo, sua filha Flávia (desempregada, 27 anos) já se mudou com a família para sua própria moradia, contudo, eles sempre voltam quando as dificuldades aumentam. O genro Paulo (vendedor, 29 anos) trabalhava na parte administrativa de uma empresa quando foi demitido. Voltou-se para o ramo de vendas, trabalhando como vendedor autônomo e atuando em vários ramos (material de limpeza, construção e feira de Itaipava). Paulo esclarece que gostaria de fazer um curso de nível superior para,

(...) melhorar profissionalmente, ganhar mais dinheiro, principalmente pela Lia [filha de 3 anos]. Por exemplo, ela quebrou os pés e lá em casa não tem telefone, então é melhor a gente ficar aqui [casa da sogra]. Vira e mexe tem horas que a gente fica mais aqui do que em casa (Entrevista concedida por Paulo à autora, em 2004).

O apoio de que necessitavam Ângelo (museólogo, 41 anos) e Nívea (museóloga, 39 anos) era de outra natureza, pois, segundo ele, o “padrão de vida muito simples” permitia que conseguissem se manter. O casal foi morar num apartamento próprio pertencente à família de Ângelo, situado à zona oeste da cidade. Como era distante e estudavam à noite numa faculdade na zona sul, muitas vezes dormiam na casa da mãe dele. Costumavam, também, voltar para passar os finais de semana. Ou seja, passavam mais tempo na casa da mãe de Ângelo do que no seu próprio apartamento.

A família busca se organizar na convivência cotidiana entre as gerações, com vistas a evitar os variados conflitos gerados pela dinâmica doméstica. Contudo, diante do desemprego e da instabilidade profissional, a solidariedade familiar permanece e indica que a família tem um lugar central no suporte de seus membros, que se traduz, no apoio moral e financeiro dos pais aos seus filhos.

Ajudas públicas x ajudas privadas nas situações de desemprego

A solidariedade familiar é mais acionada em sociedades cujo desengajamento do Estado é maior. Isso não significa que em sociedades com fortes políticas públicas, as responsabilidades dos indivíduos para com as suas famílias sejam nulas. O Estado fornecer os meios de suporte, entretanto, as solidariedades familiares compõem um elemento a mais nas políticas familiares destes Estados.

Nos países europeus, desde o final do século XX, vem ocorrendo uma redefinição da divisão das responsabilidades entre a família e o Estado, ocasionada pelo declínio do Estado-providência (CICCHELLI-PUGEAULT; CICCHELLI, 1998, p. 88). Em países com fortes políticas sociais voltadas para a família como França e Escandinávia, as ajudas privadas (familiares) são apenas um complemento às ajudas públicas (ATTIAS-DONFUT, 2001). Em Portugal, na grande Lisboa, se constatou que a solução socioeducativa para a guarda das crianças é, preferencialmente, acionada no lugar de “soluções de tipo familiar”. A oferta de equipamentos públicos tais como creches ou jardins de infância substituem os recursos familiares como os cuidados dos avós e outros parentes. As soluções familiares, portanto, são apenas uma solução possível e não a mais frequente (TORRES et al, 2004, pp. 91-93).

Neste sentido, as solidariedades familiares podem ser de outra natureza, na medida em que sua função, sua regulação e seus efeitos sociais são diferentes das ajudas dispensadas pelo governo (DÉCHAUX *apud* CICCHELLI-PUGEAULT; CICCHELLI, 1998, p. 89). Assim, elas se apresentam, por exemplo, na forma de presentes ou ajudas que irão colaborar para a formação profissional dos filhos e netos. Como bem esclarece Peixoto (2000, pp. 107 e 109):

Na França, a ajuda (...) se dá principalmente através da compra de livros, do pagamento de cursos suplementares e de atividades culturais, além de viagens e colônias de férias (...) doações e os empréstimos de dinheiro, ou mesmo os presentes caros — (...), computador, bicicleta, etc. — solicitados pelos netos no aniversário e no natal (...).

No Brasil, as políticas familiares são ainda precárias e algumas pequenas manifestações de solidariedade pública foram geradas e aplicadas através de programas de transferência de renda, no âmbito da área social,

direcionados à família, chamadas de políticas compensatórias para o combate à miséria extrema, algumas reduzidas ou descontinuadas pelo atual governo, tais como o Bolsa Família; Minha Casa, Minha Vida; e a Farmácia Popular. É importante destacar que esses programas foram destinados às camadas populares com fins de erradicação da miséria, não alcançando todas as famílias pobres. Não existe, no Brasil, política familiar universal que contemple necessidades básicas tais como alimentação, saúde, moradia, educação e guarda das crianças em creches públicas, extensivos a todas as camadas sociais. Embora as camadas médias da sociedade não se situem na linha da pobreza, existe essa mesma demanda de necessidades básicas entre famílias que são afetadas pelo desemprego, pois o seguro desemprego é precário: ele oferece entre três a cinco parcelas de auxílio para quem trabalhou com carteira assinada por seis, nove, doze ou vinte quatro meses, variação que depende também do número de solicitações do benefício. A Pesquisa Mensal de Emprego — PME — divulga, no entanto, períodos de desemprego superiores a 12 meses.

Podemos observar que na ausência de políticas públicas eficazes e abrangentes, os indivíduos não podem contar com o Estado e recorrem às redes de solidariedades mais tradicionais como a família ou a vizinhança, principalmente para a guarda dos filhos.

Na recoabitação “os apoios se manifestam através de reciprocidades múltiplas: apoio econômico, apoio para o pagamento de aluguel, intervenções na vida cotidiana, ajuda no cuidado dos netos [e sobrinhos], sendo que muitos pagam os estudos e ajudam na manutenção” (PEIXOTO, 2004, p. 81). Um apoio frequentemente observado é o de se recorrer à rede social familiar para indicar ou mesmo inserir o membro da família desempregado no mercado de trabalho, principalmente no Brasil, país onde as relações pessoais têm enorme importância, como assinalou DaMatta (1997). Focalizando nas relações familiares, Minonzio (2000, p. 40) observa que

A família pode igualmente ser um meio de luta contra o desemprego pelas possibilidades de acesso que ela pode representar. A rede de parentesco é uma fonte de emprego em potencial mas igualmente um vetor de difusão de informação sobre o mercado de trabalho, suscetível de orientar as procuras do desempregado. A análise deste tipo de ajuda mostra que é preciso levar em conta neste caso menos a família restrita que a família ampla (...). Este exemplo ilustra igualmente os limites estruturais da ajuda direcionada pela família dos desempregados.

Portanto, parentes por aliança não são ignorados na procura por um emprego. Na família de Ana Lúcia (assistente de enfermagem, 33 anos), seu marido voltou a trabalhar porque sua mãe recorreu aos amigos, e Marcelino (33 anos, desenhista desempregado) foi admitido como supervisor numa empresa privada de transporte de documentação. Como nota Granovetter (*apud* MINONZIO, 2000, p. 41), quando se trata de acionar a rede de relações, o nível de qualificação e o capital humano não são os únicos elementos considerados no acesso ao mercado de trabalho, posto que o capital social se torna preponderante.

A ajuda familiar na procura de emprego revela a preocupação da geração mais velha com a instabilidade profissional dos filhos. No retorno à casa dos pais, os apoios também podem se manifestar através do pagamento de cursos preparatórios para concursos públicos e taxa de inscrições, bem como conselhos profissionais.

O que observamos nas famílias cariocas estudadas é que o retorno dos filhos casados à casa familiar, em caráter provisório ou definitivo, introduz um novo elemento na organização da família, provocando maior proximidade entre as gerações, mas também conflitos, pois nesse processo de recoabitação estão envolvidos, pelo menos, três gerações: avós, pais e netos.

Tal fenômeno é mais observado nas camadas populares por questões ligadas às precárias políticas habitacionais de atendimento a esse segmento social, está se manifestando e se ampliando cada vez mais entre as camadas médias da sociedade brasileira, e tem no desemprego a causa maior dessa reorganização da vida familiar.

Em países onde vigoram políticas trabalhistas com forte amparo ao desempregado, a dependência intergeracional é mínima. Na França, por exemplo, os avós pouco coabitam com os filhos e netos, neste sentido, “as desvantagens da vida cotidiana são menores, as relações de intimidade mais tênues e o sentimento de desconforto ou de incômodo está ausente” (PEIXOTO, 2000, p. 105). No Brasil, devido à necessidade de recoabitação, as relações intergeracionais são mais densas e podem provocar tensões, posto que a inversão nos papéis familiares, originada pela dependência econômica e a perda da autonomia dos filhos, pode revigorar a autoridade paterna. Mariana (28 anos, jornalista desempregada), comenta que durante o período em que esteve morando com o pai, este sempre discordava dos trabalhos que ela e o marido procuravam. Assim o casal descreve com clareza:

A gente voltou [dos Estados Unidos] sem emprego nenhum. Comecei a procurar trabalho em Produtora e comecei a fazer eventos. É uma coisa rentável e bastante flexível. Mas aí ele ficava assim: “Mas você vai fazer evento? Não é possível minha filha! Você tem Mestrado nos Estados Unidos! Voltar a fazer isso que você fazia quando tinha 20 anos e estava na Universidade?” Existe meio que uma falta de respeito em não aceitar a vida que a gente escolheu. E de repente tudo de novo ali, parecia que eu tinha 15 anos de novo, meu pai regulando cada passo meu, eu sem poder fazer nada e tudo assim: “mas por que você não tenta isso, por que você não tenta aquilo... Você não está correndo atrás... Você não está fazendo o suficiente...” (Entrevista concedida por Mariana à autora, em 2002).

Tinha uma Banda [musical] que eu estava produzindo na época sem ganhar nada e ele achava um absurdo eu não ganhar nada. “Mas como você vai trabalhar sem receber? Mas por que você tem essa dedicação por isso?”, questionava. Se eu estivesse cogitando, por exemplo, atuação e interpretação, como tentando hoje... (Entrevista concedida por Robert à autora, em 2002)

Neste sentido, a autonomia dos jovens na idade adulta não sugere uma independência diante do desemprego e dos baixos salários. Nos países em que o Estado mantém um sistema amplo de proteção social e, principalmente, políticas de apoio ao desemprego, ele reduz a dependência dos indivíduos à família e garante a cada um dos seus membros condições de acesso à sua independência (CICCHELLI-PUGEAULT; CICCHELLI, 1998, p. 89).

Solidariedade e conflito na família com membros desempregados

A solidariedade familiar toma contornos diferenciados nas sociedades segundo o grau dos apoios que as famílias recebem do Estado. Para cada geração ela pode justificar-se tanto pelo afeto e pela obrigação como também pela coerção dos papéis sociais na família. Nas sociedades onde as famílias são amparadas por um forte sistema de proteção social, a solidariedade familiar é muito mais fundada no afeto, já que a obrigação do suporte social aos sujeitos recai sobre a solidariedade pública. Não que os laços intergera-

cionais nesses países sejam mais frouxos, mas, sim, que as relações tomam outro caráter. Por esse motivo as trocas de serviços e os apoios estão ligados aos laços emocionais.

O estudo de Jarvin (2000) sobre a família na sociedade sueca é bastante ilustrativo. Nela, os indivíduos decidem o momento do encontro com sua família. Os contatos familiares são percebidos como relações privilegiadas, não sendo vividos imperativamente ou por obrigatoriedade e, sim, de forma eletiva.

O sentido da solidariedade familiar na família brasileira, ao menos no universo carioca pesquisado, é bastante diferente. As entrevistas indicam que as variadas situações cotidianas é que determinam em que momento cada uma dessas dimensões da solidariedade predominará. No retorno dos filhos, com sua família conjugal, à casa dos pais e quando os conflitos se evidenciam, os sentimentos de obrigação e os papéis sociais podem prevalecer. Isto é percebido principalmente nas trocas entre parentes por aliança. Mesmo que se evoquem os laços afetivos mais percebidos entre parentes por consanguinidade.

A convivência não planejada entre pais, filhos e netos implica, muitas vezes, na construção de estratégias para o convívio cotidiano e os conflitos que se descortinam nas situações mais críticas da coabitação podem enfraquecer as trocas, mas não eliminam as interações familiares. Ainda que ocorram rupturas e tensões, a solidariedade familiar permanece sendo o elo que mantém as gerações, pois ela representa os apoios e, de certa maneira, uma proteção para os momentos mais críticos.

As trocas se mantêm através de sentimentos de deveres e dívidas, ainda que os filhos adultos já tenham constituído sua própria família. Impossível, para os pais, negar solidariedade quando os filhos mais precisam. As famílias entrevistadas demonstraram, ainda, que a maior parte dos conflitos e tensões ocorridos na recoabitação está relacionada a perda da autonomia e da independência dos filhos durante o período em que estão desempregados, morando na casa dos pais. Para os filhos, voltar para a casa dos pais é a constatação da impossibilidade de garantir a sobrevivência de sua própria família e uma ameaça à sua autonomia. A proximidade forçada gera a dependência econômica da geração pivô em relação à geração mais velha, e isto tem consequências na relação entre eles.

Como observou Singly (2000), os indivíduos se percebem livres quando as dimensões da individualização — autonomia e independência — estão reunidas. O dilema que se impõe aos jovens casais é tornar compatível

autonomia e dependência intergeracional. O desemprego dos filhos adultos e a consequente dependência entre as gerações têm levado ao prolongamento da vida ativa dos pais, seja através da permanência no mundo do trabalho seja se reinserindo no mercado de trabalho, como assinalou Peixoto (2004).

Assim, a dependência econômica retira temporariamente a liberdade de decisão dos filhos, pois a autoridade dos pais é reforçada com o estabelecimento de normas e regras para uso do (seu) espaço rearranjado. Essa percepção da autoridade paterna/materna se estende, por vezes, à interferência na vida dos filhos casados e na educação dos netos.

Vale esclarecer, no entanto, que o significado de autoridade nas famílias contemporâneas não é pautado nas posições hierárquicas da família de outrora. A abertura dada às expressividades permite uma negociação entre os sujeitos, de forma que se concede, mesmo numa relação de dependência, certa autonomia aos filhos. O problema está na forma como a autoridade dos pais foi expressa quando os filhos eram jovens e iniciaram suas trajetórias individuais. Ao retornarem à casa parental, depois de terem conquistado autonomia e independência esta autoridade passa a não ter o mesmo efeito. Assim, a maioridade, a mudança no estado civil dos filhos e a experiência da independência econômica alteram as relações entre pais e filhos, que impõem barreiras e limites à interferência paterna e materna. Na recoabitação, devido ao desemprego dos filhos, a inversão dessa relação — voltar aos tempos de dependência parental — é motivo de tensões familiares.

Outro fator que pode explicar os conflitos é a coexistência de diferentes percepções de autonomia, solidariedade e privacidade. Ocorre que as gerações mais novas, filhos e netos, são mais individualizadas na realização plena de seus projetos pessoais e construção de sua identidade. Já a geração mais velha, nascida nas primeiras décadas do século XX, período de transformações sociais que se refletiram na dinâmica interna da família³, experimentaram situações familiares na qual a ênfase era no grupo e não no indivíduo. Mesmo que tenham incorporado algumas práticas da vida moderna, certos valores que lhes foram transmitidos pelas gerações passadas ainda perduram. Assim, a lógica da família para esta geração é mais centrada no grupo, cuja coesão deve ser mantida para a realização dos projetos comuns e do bem-estar coletivo.

Por isso, nem sempre a recoabitação é necessariamente harmoniosa, posto que os anseios individuais entrem em choque com os interesses comuns. Talvez seja esta a origem da não correspondência às expectativas das gerações mais velhas em relação às atitudes das gerações mais novas, como

foi observado na família de Ivanir (44 anos, dona de casa) e de Mariana (28 anos, jornalista).

A estratégia dos sujeitos para minimizar os conflitos é tentar conciliar autonomia e dependência econômica, entretanto há experiências na vida cotidiana que são mais individualizadas ou que se quer mais individualizadas. Assim, sentir-se tolhido do poder de decisão no que concerne à educação dos filhos significa criar uma barreira no projeto pessoal de “ser mãe” ou “pai” e impõe limites à realização plena dessa escolha. Esses sentimentos nem sempre são percebidos pelos mais velhos que revivem a condição de serem pais novamente e que, por vezes, impedem que os filhos vivam plenamente essa experiência.

Quando as realizações pessoais de cada membro da família se tornam inconciliáveis com as expectativas dos demais, detonam-se as tensões. Assim, observamos que o que está em jogo é a impossibilidade de se conseguir afrouxar os laços quando se tem vontade, para garantir a manutenção da individualidade e da identidade na família contemporânea. Não é à toa que os jovens em recoabitação expressam o desejo de voltarem a morar sozinhos, e que os que já saíram consideram que, para dar curso a realização de seus projetos pessoais, é necessária pouca interferência da família materna ou paterna. Os que conseguiram se reinserir no mercado de trabalho não admitem mais a possibilidade de reviver a experiência da recoabitação.

O desejo de se manter fora do cotidiano parental não implica na desvinculação total dos laços familiares. Os jovens reconhecem, na família de origem, a sua base e o lugar onde se constituíram enquanto indivíduos, onde encontram o apoio incondicional e o afeto. Significa dar conta do equilíbrio entre um “indivíduo com” e um “indivíduo só”, como já assinalou Singly (2001).

Neste sentido, esse estudo mostra que as famílias das camadas médias cariocas são ao mesmo tempo “relacionais” e “individualistas”, pois na mesma medida em que as trocas são estimuladas, como o cuidado dos netos e os apoios materiais e afetivos, é muito valorizada a “boa distância” entre os familiares, nem muito perto, nem muito longe é uma estratégia que equilibra as relações e valoriza a individualidade na família contemporânea (LUZ, 2010, pp. 150-151).

Tudo leva a crer que a repercussão do desemprego nas relações familiares imprime um novo ritmo ao processo de individualização pelo qual a família contemporânea vem passando. A precariedade causada pelo desemprego implica numa retomada da dependência tradicional entre as gerações, hoje desvalorizada pela “ideologia da independência”. Podemos pensar,

portanto, que nas situações de desemprego, quanto mais solidária é a família, menos autônomos tornam-se os indivíduos e, no caso desta pesquisa, os jovens casais na recoabitação.

Considerações finais

O desemprego e as privações enfrentadas pelos jovens casais recaem sobre a parentela, visto que diante da ausência da solidariedade pública é a solidariedade familiar que se recorre para suprir as necessidades básicas da vida cotidiana.

No universo pesquisado, dentre as estratégias familiares para minimizar os efeitos do desemprego a recoabitação é a última acionada. Ela tanto propicia uma aproximação maior entre as gerações (parentes consanguíneos e parentes por aliança), por meio das trocas, quanto distanciamento (afetivo) temporário, consequência de conflitos.

Para Romanelli (1995, p. 75), as relações na família ficam condicionadas às trajetórias individuais e às articulações que estabelecem entre si. Assim, autoridade e poder se definem segundo tais trajetórias e podem interferir nos vínculos afetivos. Se no passado os filhos eram geradores de renda, redefinindo seu papel dentro da família, hoje a crise econômica tem prolongado a dependência dos filhos adultos. Podemos perceber, portanto, que a solidariedade familiar ao substituir a solidariedade pública, “(...) engendra consequências perniciosas para seus beneficiários enfraquecendo a capacidade de uma autonomia individual (...)” (KAUFMANN, 1994 *apud* CICCHELLI-PUGEAULT; CICCHELLI, 1998, p. 90). Mais do que isso, a recoabitação, ainda que perpassada por fortes elos familiares, acaba gerando conflitos que ocasionam rupturas, de curta ou longa duração, tanto entre pais e filhos como entre casais (jovens e mais velhos).

A ajuda familiar é importante e variada, entretanto, convém investigar seu significado e sua capacidade de assumir um papel de amortizador das dificuldades ligadas ao desemprego, pois, “a diferença maior entre o salário anual e as ajudas da família é que a primeira marca o acesso à independência e ao estatuto de adulto, e a segunda é o marco da dependência prolongada da tutela parental” (CHAUVEL *apud* MINONZIO, 2000, p. 44).

Para além das dificuldades financeiras ligadas ao desemprego ou à instabilidade profissional ocasionada por empregos mal remunerados, há também outra esfera de problemas que têm efeito tão ou mais desestabi-

lizador que as perdas materiais: são as tensões que emergem do impacto econômico do desemprego e que afetam o equilíbrio emocional dos indivíduos no grupo familiar. Neste sentido, a baixa autoestima gerada pela não-realização profissional (NEZOSI, 2000, pp. 9-10), aliada aos cortes no consumo, coloca em risco as relações familiares, podendo ser um motivo de desestabilização da vida dos casais. Paugam (1993 *apud* COURGEAU, 2000, p. 50) observa que os riscos de ruptura conjugal são altos entre os casais com forte precariedade profissional. Solaz (2000, pp. 29-30) também atesta que se pode ver uma frequência de separação muito forte associada à situação do desemprego entre casais no início de sua relação conjugal. Já entre aqueles com uma longa vida em comum e filhos, esta tendência é menos percebida, tendo o desemprego um efeito menor nas relações entre casais.

O desemprego e a recoabitação afetam, também, as relações familiares que envolvem parentes por aliança⁴ e parentes de gerações distintas. Conflitos variados se descortinam na esfera doméstica.

Rezende (2002, p. 28), em estudo sobre amizade, chama atenção para

a noção de confiança enquanto sentimento de segurança ou crença no comportamento do outro (...) essencial para a articulação entre experiência subjetiva e organização social e política (...) fundamental para a vida em sociedade porque estabelece cooperação em situações de incerteza (...).

Na família, se os pais apontam a incondicionalidade do vínculo parental, os filhos, por sua vez, se referem mais à noção de confiança, pois ao recorrem aos pais eles têm certeza de que receberão os apoios e ajudas de que necessitam. Assim, Mariana (jornalista, 28 anos), ao descrever os conflitos com seu pai afirma que “se eu precisar dele eu sei que vai estar do meu lado (...)” (Entrevista concedida por Mariana à autora, em 2002).

Deste modo, ainda que nem todos compartilhem os mesmos valores e visões de mundo, a coerência familiar se mantém graças ao sistema de trocas, direitos e deveres e a expectativa de contrapartida, pois são o fundamento das solidariedades familiares. Os apoios são retribuídos pois as trocas familiares são bilaterais (Peixoto 2005). Os pais continuarão a socorrer os filhos e estes se sentirão em dívida com os pais. Afeto ou dever, os credores sempre estarão à espera de gestos de gratidão, contribuições materiais ou suporte nas tarefas cotidianas. Os devedores tentarão atender tal expectativa, porém nem sempre da maneira como os credores gostariam.

Notas

1 Importante considerar, também, que a permanência no trabalho ou o retorno a ele após a aposentadoria está relacionada à necessidade de manter as condições de vida, posto que as perdas salariais na aposentadoria têm impacto no poder aquisitivo da família (PEIXOTO, 2004).

2 Com a criação dos sistemas de bilhetagem eletrônica, no Rio de Janeiro, como o Rio Card e o Bilhete Único, em 2009, tal prática foi inviabilizada pois os valores creditados nos cartões de viagem só podem ser usados e descarregados nos transportes coletivos. Já o mercado ilegal de troca em dinheiro de benefícios em cartão alimentação ou refeição ainda permanece, embora sejam coibidos pela polícia federal.

3 Inserção da mulher no mercado de trabalho, aumento do divórcio, diminuição das taxas de fecundidade.

4 A análise sobre conflitos entre parentes por aliança, em processo de recoabitação ou não, foi aprofundada na minha tese de Doutorado defendida em 2010 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PPCIS/UERJ, intitulada “Noras e Sogras: sobre relações familiares, conflitos e imagens”, sob orientação da Professora Doutora Clarice Ehlers Peixoto.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, G. O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego de Jovens. Boletim de Mercado de Trabalho. **Conjuntura e análise**. n. 26, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA, 2005. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5705&catid=184&Itemid=9. Acesso em: 10/04/2009.
- ATTIAS-DONFUT, C. Transferts publics et transferts privés entre générations. In: ATTIAS-DONFUT (Org.) **Les Solidarités entre Générations**. Vieillesse, Familles, État. Paris: Nathan, 1995.
- _____. Des Générations Solidaires. In: DORTIER, J-F. **Familles Permanence et Métamorphoses**. Paris: Editions Sciences Humaines, 2001.
- BEAUJOUAN, C. Tempo familiar e tempo individual entre desempregados. In: PEIXOTO C., DE SINGLY, F.; CICCHELLI, V. (Orgs.). **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.
- BRIN, H. Solidarité ou Aide aux Familles? **Informations Sociales**: Solidarités familiales, n. 35-36, Paris: CNAF, 1994.
- BUSTILLOS, C. S. R. Políticas Sociais Públicas: O Estado-Providência Francês. **Revista do BNDS**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, jun. 2001.
- CAMARANO, A. A. (Org.). **Muito Além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- _____; GHAOURI, S. K. **Família com idosos: Ninhos vazios?** Texto para Discussão nº 950. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.
- CARDOSO, A. Transições da Escola para o Trabalho no Brasil: Persistência da Desigualdade e Frustração de Expectativas. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, pp. 562-616, 2008, Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=21815805002>. Acesso em: 23/10/2009.
- CICCHELLI-PUGEAULT, C.; CICCHELLI, V. **Les théories sociologique de la famille**. Paris: La Découvert, 1998.
- COURGEAU, D. Réflexions sur la causalité en sciences sociale. **Recherches et Prévisions** — Chômage et famille, n. 60, Paris: CNAF, 2000.
- DAMATA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis**: para uma Sociologia do Dilema Brasileiro. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DUPRÉ, T. Devoirs de Familles. **Informations Sociales**: Solidarités familiales, n. 35-36, Paris: CNAF, 1994.
- FINCH, J. **Family Obligations and Social Change**. Cambridge: Polity Press, 1989.
- GODBOUT, J. T.; CHARBONNEAU, J. L’Affective, l’Obligation et le Don. **Informations Sociales**: Solidarités Familiales, n. 35-36, Paris: CNAF, 1994.
- GUERREIRO, M. D. (Org.) **Trabalho, Família e Gerações**. Lisboa: CIES/ISCTE, 1998.
- JARVIN, M. O individualismo na cultura sueca: a recuperação da dimensão privada pela esfera pública. In: PEIXOTO, C. E.; DE SINGLY, F.; CICCHELLI, V. (Orgs.). **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.
- LETRAIT, M. L’utilisation par lês chômeurs du temps libéré par l’absence d’emploi.

- Économie et Statistique**, n° 352-353, Paris, 2002.
- LUZ, G. M. M. De V. **Noras e Sogras**: sobre relações familiares, conflitos e imagens. 2010. (Tese) Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MARTIN, C. Solidarités Familiales: L'Illusion du Renouveau. In: DORTIER, J-F. (Org.). **Familles**: Permanence et métamorphoses. Paris: Sciences Humaines Éditions, 2002.
- MINONZIO, J. Solidarités familiales et chômage. **Recherches et Prévisions — Chômage et famille**, n. 60, Paris: CNAF, 2000.
- MENDES, S. M. Juventude e trabalho: uma análise sobre o impacto do programa nacional de estímulo ao primeiro emprego para os jovens — PNPE — na cidade de Sousa — PB. X Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de Campina Grande. Ciência, Tecnologia e Inovação: Caminhos do Conhecimento. Anais. Campina Grande, 2013.
- NEZOSI, G. Quelques éclairages sur les conséquences du chômage sur la famille. **Recherches et Prévisions — Chômage et famille**, n. 60, Paris: CNAF, 2000.
- PEIXOTO, C. E. Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e matéricas. In: PEIXOTO, C. E., DE SINGLY, F.; CICCHELLI, V. **Família e Individualização**. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2000b.
- _____.; BOZON, M. Comportamentos Familiares: resultados e perspectivas.
- Interseções**: Revista de Estudos Interdisciplinares, Dossiê Análises Contemporâneas sobre os Comportamentos Familiares, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, NAPE, n. 2, 2001.
- _____. (Org.). Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. **Família e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.
- PEIXOTO, C. E. Solidariedade familiar intergeracional. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. RJ: Editora da FGV, 2005.
- RAMOS, E. As negociações no espaço doméstico: construir a "boa distância" entre pais e jovens adultos "coabitantes". In: BARROS, M. L. **Família e gerações**. Rio de Janeiro: Fundação FGV, 2006.
- REZENDE, C. B. **Os Significados da Amizade**: duas visões de pessoa e sociedade. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.
- ROMANELLI, G. Autoridade e Poder na Família. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC, 1995.
- SAAD, P. M. Transferências de Apoio entre Gerações no Brasil: Um Estudo para São Paulo e Fortaleza. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Muito Além dos 60**: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- SARTI, C. A. Família e Individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO M. C. B. (Org.). **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC, 1995.
- SEGALEN, M. Les Nouvelles Familles. In: DORTIER, J-F. (Org.). **Familles**: Permanence et métamorphoses. Paris: Sciences Humaines Éditions, 2002.
- SIMMEL, Georg. SIMMEL, Georg, O conflito como sociação (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 10, n. 30, pp. 568-573, 2011.
- SINGLY, F. de. **Sociologie de la Famille Contemporaine**. Paris: Nathan, 1993.
- _____. Préface: Sur scène, avec sa belle-mère. In: LEMARCHANT, C. **Belles-filles**: Avec les beaux-parents, trouver la bonne distance. Paris: Presses Universitaires de Rennes, 1999.
- _____. O nascimento do "Indivíduo Individualizado" e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, C. E., DE SINGLY, F.; CICCHELLI, V. (Orgs.). **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.
- _____. A sociologia da família na França nos últimos trinta anos. Comportamentos Familiares: resultados e perspectivas. In: **Interseções**: Revista de Estudos Interdisciplinares, dossiê Análises Contemporâneas sobre os Comportamentos Familiares, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, NAPE, n. 2, pp. 31-43, 2001.
- SINGER, P. **Globalização e Desemprego**: Diagnóstico e Alternativas. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- SOLAZ, A. Une réflexion économique sur le lien famille-chômage et la constitution du couple. In: **Recherches et Prévisions —**

Chômage et famille, n. 60, 2000.

TORRES, A. et al. **Homens e Mulheres entre Família e Trabalho**. Lisboa: DEEP. CID, 2004.

VELHO, G. Família e parentesco no Brasil contemporâneo: individualismo e projetos no universo de camadas médias. In: **Interseções**: Revista de

Estudos Interdisciplinares, Dossiê Análises Contemporâneas sobre os Comportamentos Familiares, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, NAPE, n. 2, 2001.

Recebido em 15/04/2018
Aprovado em 10/05/2018